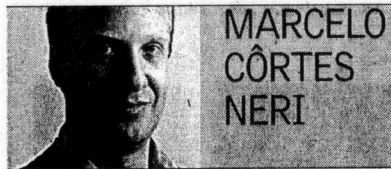


"O euro já fez o Brasil perder US\$ 1 bilhão em exportação neste ano."

Pratini de Moraes, ministro da Agricultura, sobre o impacto da desvalorização do euro nas receitas de exportações agrícolas para a Europa, ontem, em São Paulo

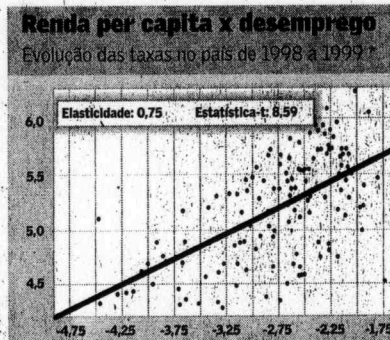
# Crise de desemprego: um "mal de luxo"?



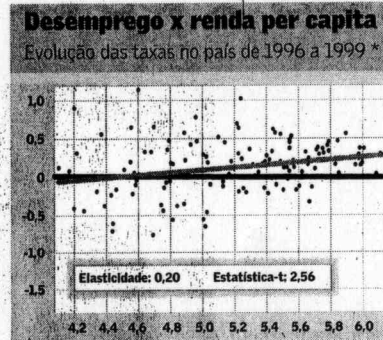
MARCELO  
CÔRTE  
NERI

A face mais visível da crise recente foi o incremento observado na taxa de desemprego metropolitano. O tema de desemprego domina o debate social brasileiro nos últimos três anos. Realizamos uma análise da evolução do desemprego nacional entre classes sociais.

Uma vez que a renda familiar corrente é diretamente afetada pelo desemprego, utilizamos uma outra forma de estratificação social. As pesquisas de opinião usuais embutem conceitos de classe social baseados no acesso a bens de consumo. Utilizamos como indicador da classe A indivíduos pertencentes a famílias com acesso aos seguintes bens incluídos no questionário da Pnad-IBGE: geladeira, televisão, freezer e máquina de lavar. Uma alternativa de classe A incluiria também o acesso à telefonia, mas o pro-



Fonte: Microdados Pnad-IBGE. Elaboração: CPS/IBRE/FGV. \* Renda de todas as fontes domiciliares nos períodos acima mencionados



Fonte: Microdados Pnad-IBGE. Elaboração: CPS/IBRE/FGV. \* Renda de todas as fontes domiciliares nos períodos acima mencionados

cesso de expansão pós-privatização observado iria distorcer a análise.

Em 1999, cerca de 20,7 milhões de pessoas pertenciam a nossa definição arbitrária de classe A. Em primeiro lugar, cabe notar que esse grupo da população cresce no período 1996-99 a uma taxa anual 3,8% acima da taxa de crescimento populacional brasileira. Ou seja, a fase de crises externas não foi marcada pela estagnação no acesso aos bens de consumo duráveis. Nesse sentido, o período recente pode ser caracterizado co-

mo uma crise de produtores, e não de consumidores. Embora a recente abertura da economia possa ter induzido novos hábitos e elevado a exigência dos nossos consumidores.

Analisando pelo lado dos produtores, a taxa de desemprego sobe no período 1996-99 a taxas superiores na classe A (16% a.a.) do que para o conjunto total de classes (12,5% a.a.). Essa estatística para a classe A metropolitana é 19,5% a.a. A crise de desemprego recente atingiu mais a classe A, especialmente a metro-

politana, do que os demais segmentos.

Os gráficos ilustram os padrões de correlação entre taxas de desemprego e suas variações, em relação à renda familiar per capita entre mesoregiões. Optamos por trabalhar com Pnad's consecutivas empilhadas de forma a aumentar a densidade amostra das estimativas: 1) O primeiro gráfico evidencia um padrão

## O desemprego seria um "mal de luxo"; pobre não pode se dar ao luxo de ficar buscando emprego, pobre cai na informalidade

de correlação positivo entre a taxa de desemprego e a renda domiciliar per capita de 1998-99; 2) O segundo gráfico evidencia uma correlação positiva entre a taxa de variação do desemprego entre 1996-97 e 1998-99 e a renda domiciliar per capita em 1996-97. O ajuste da segunda regressão é menos satisfatório.

No período marcado pelas crises de origem externa, compreendido entre

outubro de 1996 e outubro de 1999, observamos que cerca de 2,5 milhões de indivíduos foram adicionados ao contingente inicial de 4,7 milhões de desempregados no país. A taxa de desemprego sobe no período 1996-99 a taxas superiores na classe A do que para o conjunto total de classes. O problema afeta particularmente à elite metropolitana, caixa de percussão dos eventos nacionais.

A relação entre renda e desemprego entre regiões não nos permite rejeitar a hipótese de que o desemprego seria um "mal de luxo", no sentido de aumentar com a renda. A alta recente do desemprego foi também mais branda nas regiões mais pobres. O nosso debate social, ao focar excessivamente no desemprego metropolitano, exclui o pobre do foco. Pobre não pode se dar ao luxo de ficar buscando emprego, pobre cai na informalidade. Mas isso é outra história.

**Marcelo Côrtes Neri**, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.  
E-mail: mcneri@fgv.br